



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXOS I E II

1 – IDENTIFICAÇÃO

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SOBRE PRECEDENTES JUDICIAIS

- 1.1- Unidade Responsável: **Departamento de Ensino e Pesquisa**
- 1.2- Elaboração do Projeto: **Equipe da Divisão Pedagógica**
- 1.3- Ministrantes do Curso: **Breno Baia Magalhães**
Antonio Gomes Moreira Maués

2 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

- 2.1- Carga horária: **20 horas**
- 2.2- Tipo/Modalidade: **Presencial**
- 2.3- Período de inscrição: **16 de fevereiro a 15 de março de 2017**, via site da ESM/PA
- 2.4- Período de realização: **24 a 28 de abril de 2017.**
- 2.5- Número de vagas: **40**
- 2.6- Horário: **18:30 - 20:10 / 20:20 – 22:00**
- 2.7- Público alvo: **Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.**
- 2.8- Natureza: **Formação continuada e vitaliciamento/mercimento**

3 – MOTIVAÇÃO

Indispensável ao desenvolvimento pleno das atribuições inerentes ao Poder Judiciário, constitui missão principal da Escola Superior da Magistratura proporcionar aos magistrados e servidores oportunidades de capacitação, bem como viabilizar a necessária formação inicial dos magistrados ingressantes, em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e em conformidade com as diretrizes traçadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados - ENFAM.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Assim, visando o aumento da qualidade da prestação jurisdicional, objetivo maior do Poder Judiciário, a missão inicialmente referida é exercida por meio da realização de uma programação anual de eventos jurídicos (cursos, seminários, palestras, encontros), presenciais e à distância.

Para a realização dos mencionados eventos, se faz imprescindível a condução por ministrantes, profissionais de renome e saber jurídico notáveis, principalmente em virtude do público a que se destina e da qualidade da capacitação que se pretende alcançar.

4 – OBJETO

Contratação de Docente; profissional de renome, elevada qualificação acadêmica e notável saber; para conduzir o evento descrito no *Projeto Acadêmico* (anexo I) e na *Proposta Financeira Docente* (anexo II) que fazem parte integrante e indissociável do presente Termo, no período, carga horária e condições especificados nos referidos documentos.

5 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Considerar-se-á cumprido o serviço desde que observadas pelo docente contratado as especificações atinentes à carga horária, períodos, datas, horários, conteúdo programático e demais elementos contidos no *Projeto Acadêmico* e na *Ficha Financeira Docente*, em anexo. Fica estabelecido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a última atividade estabelecida para o evento (entrega de notas, avaliações, etc.) para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo.

6 – JUSTIFICATIVA

A contratação objeto do presente termo se faz necessária em virtude da realização do evento instituído pelo *Projeto Acadêmico* (Anexo I), com a finalidade de viabilizar a capacitação de magistrados e servidores, pois o curso surge em razão das mudanças de correntes da edição do novo Código de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Processo Civil, que acolheu o paradigma decisório fundamentado na conhecida “Teoria dos precedentes judiciais”, de nascente anglo-saxã e comprometida com a pretensão de segurança jurídica advir do exercício prático da função judicante.

A Teoria dos Precedentes Judiciais busca redimensionar, em princípio, a vestuta ideia da interpretação fundada nos julgados que compõem a jurisprudência, assim tida enquanto fonte oficial e formal de expressão do pensamento jurídico.

É fundamental que os magistrados e servidores assimilem essa renovatória ideia sobre o papel da jurisprudência que foi tomada pelo Código de Processo Civil de 2015, a qual provocará uma substancial mudança na ideia do julgamento colegiado visando a produção de uma interpretação uniformizadora pelos diversos estamentos do Judiciário Nacional.

O precedente não se confunde com a uma simples tomada de posição de um órgão superior de jurisdição, mas é compreendido como um reflexo histórico da construção de um pensamento uniforme sempre com base nas mesmas premissas. Ele é tido como um ponto de partida para a reanálise dos fatos, a favorecer o debate e a argumentação e, com isso, assegurar a provisão de decisões estáveis ao longo do tempo.

Sendo assim, mister a preparação dos magistrados para recepcionar as novas ideais e o escopo normativo do novo código de processo civil, observando a sensibilização dos magistrados em relação a aplicação das novas regras jurídicas e o desenvolvimento de um novo conhecimento técnico processual a ser aplicado na atividade judicante, concorrente para um maior grau de organicidade, eficiência e efetividade do aparelho judiciário.

O curso tem como fim propiciar ao magistrado e servidor a oportunidade para assimilar e aplicar as mudanças advindas como o novo Código na ideia do julgamento colegiado, levando-o a uma substancial mudança na forma de reanálise dos fatos, debate e argumentação, a fim de que sejam produzidas decisões estáveis por mais tempo.

Por fim, não apenas para se capacitar, mas também como uma obrigatoriedade



PAMEM201703986A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

constitucional para adquirir a promoção e o vitaliciamento no cargo, o magistrado deve realizar ações de capacitação, como o curso ora delineado.

7 – PAGAMENTO / MODALIDADE

A contratação será por hora/aula na base presencial e hora/aula na base a distância, com o seguinte valor: **R\$150,00** para doutor.

O docente será pago após a conclusão de todas as etapas dos serviços contratados, nos termos do disposto nos itens 4 e 5 deste Termo, mediante atesto da Diretoria do Departamento Administrativo e Financeiro.

8 – PRAZO – período do curso

O período de prestação do serviço contratado, datas e horários, é o estabelecido no Anexo I - *Projeto Acadêmico*.

9 – DOCUMENTAÇÃO DO CONTRATADO

Juntamente com a Ficha Financeira (Anexo II), o contratado deve juntar os seguintes documentos:

- 1- Declaração da Instituição empregadora e contracheque, comprovando desconto do INSS, se houver;
- 2- Cópia do comprovante de titulação ou equivalente;
- 3- Cópia do RG e CPF;
- 4- Se servidor do TJE/PA, as declarações da **PORTARIA n.º 001/2013 – ESM**;
- 5- *Curriculum lattes*.

10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Despesa deverá ser atendida na Fonte 0118, natureza de despesa 33.90.36 e Funcional Programática 02.128.1418.8167: Capacitação de Magistrados e Servidores pela ESM.

11 – FISCALIZAÇÃO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

A fiscalização do cumprimento do objeto nos exatos termos estabelecidos no presente Termo ficará a cargo do Diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da ESM, Dra. Patricia Kristiana Blagitz Cichovski.

12 – SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o contratado ficará sujeito as seguintes sanções, conforme previsto nos artigos 86 e seguintes da lei nº 8.666/93, independente da rescisão unilateral por parte da Escola Superior da Magistratura:

- 1- Advertência;
- 2- Multa, na forma prevista no contrato;
- 3- Suspensão de licitar ou contratar com Administração Pública;
- 4- Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

As sanções previstas nos números 1, 3 e 4, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

13 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O (a) Contratado (a) obriga-se a:

- a) Prestar o serviço contratado, no período e local indicado pela Administração, com estrita observância das especificações deste Termo e seus anexos I e II;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



PAM/EM/201703986A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, reparar, corrigir, refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda as especificações exigidas;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- e) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a) Receber o serviço, disponibilizando local, data e horário para o evento acadêmico;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido.



PAMEM201703986A





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

15 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.

Em caso de contratação de professor e/ou palestrante de outra unidade da federação, as despesas com alimentação, hospedagens e transportes, correrão de acordo como previsto no contrato.

Belém, 10 de fevereiro de 2017.



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.
Use 1091099.6194603-8614 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS *Data e hora: 19/04/2022 13:52



PAM/EM/201703986A

